

DA DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO À DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA: o contínuo no descontínuo

FROM DIALECTICS OF DEVELOPMENT TO DIALECTICS OF DEPENDENCE: the continuous in the discontinuous

Lucas Trindade da Silva*

Edemilson Paraná**

Resumo

Resgatamos, neste trabalho, o debate entre as matrizes de pensamento histórico-estrutural da Cepal e a Teoria Marxista da Dependência (TMD), discussão de suma importância para a institucionalização das ciências sociais latino-americanas a partir da segunda metade do século XX. No âmbito deste panorama, ao invés de enfatizarmos apenas as rupturas e discontinuidades entre as referidas abordagens, como se tornou prática recorrente, buscaremos igualmente investigar suas correspondências teórico-conceituais. Trata-se, mais especificamente, a partir de uma reflexão em torno das contribuições de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini, de trazer à luz o que se conserva de uma tradição a outra (do subdesenvolvimento à dependência). Para tanto, realizaremos um retorno às definições de “dualismo estrutural” e “subdesenvolvimento”, demarcando sua ambivalência e explicitando, assim, as influências e elementos ali presentes que são conservados de forma oculta na formulação marxista (mariniana, de modo mais preciso) da dependência.

Palavras-chave: Dependência. Subdesenvolvimento. Ruy Mauro Marini. Celso Furtado.

Abstract

In this work, we review the debate between the frameworks of Latin American Structuralism thought and the Marxist Theory of Dependence (TMD); a discussion of paramount importance for the institutionalization of Latin American social sciences from the second half of the twentieth century. Under this scenario, instead of emphasizing only the breaks and discontinuities between these approaches, as has become standard practice, we seek also to investigate its theoretical and conceptual correspondence. We intend, more specifically, from a reflection about the contributions of Celso Furtado and Ruy

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília/Brasil. E-mail: lucastrindadedasilva@yahoo.com.br

** Pseudônimo de Edemilson Cruz Santana Júnior. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília/Brasil. E-mail: edemilsonparana@gmail.com

Mauro Marini, to bring about what is preserved in a tradition to another (from ‘underdevelopment’ to ‘dependency’). Therefore, we will hold a return to the definition of the concepts of “structural dualism” and “underdevelopment”, demarcating their ambivalence and explaining thus the influences and elements present there that are kept hidden in the Marxist formulation (Marini’s, more precisely) of dependency

Key words: Dependency. Underdevelopment. Ruy Mauro Marini. Celso Furtado.

Introdução

Um conjunto de fatores levou o estruturalismo latino-americano, primeiro, e as teorias da dependência, depois, à decadência e certo esquecimento nas décadas de 1980 e 1990. A crise do nacional-desenvolvimentismo e da estratégia de industrialização por substituição de importações – seguida de instabilidade monetário-financeira, crise da dívida externa, estagnação econômica e hiperinflação nos países da América Latina –, além de perseguição política a muitos de seus principais formuladores, e mesmo o avanço da hegemonia monetarista e neoclássica no campo do pensamento econômico em nível global, foram determinantes para a configuração deste declínio.

Passados mais de vinte anos, é possível observar certo resgate (BEIGEL, 2006; CARCANHOLO, 2013; CORREA PRADO e CASTELO, 2013) de tais abordagens ou algumas de suas principais formulações. Para além de incontestável influência para toda uma nova geração de pensadores e pensadoras pós e decoloniais em todo o mundo, e na América Latina em especial (WANDERLEY, 2015; BALESTRIN, 2013), nota-se o crescimento do número de teses, artigos e trabalhos a respeito.

Essa retomada não é fortuita. Está diretamente vinculada à conjuntura político-econômica e intelectual inaugurada na região a partir do início deste século, na esteira da chegada ao poder de forças políticas e coalizões ditas “progressistas” ou “pós-neoliberais” (SADER, 2009). Os esforços de integração regional ativados com maior intensidade desde então, consubstanciados em iniciativas como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), União das Nações Sul-americanas UNASUL, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), entre outros, a política de cooperação entre as nações do sul global e a busca por certo rearranjo na correlação de forças geopolíticas no âmbito de fóruns multilaterais como o G-20 e os BRICS (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e mesmo os desdobramentos da crise financeira de 2008, abalaram alguns dos consensos teóricos de outrora, reabrindo o cenário para este resgate. A questão nacional, mesmo que de modo incipiente e de diferentes formas nos distintos países, voltava a ser ponto de reflexão, ação e retórica política. No Brasil, uma das maiores economias do planeta, que se projeta nesse período como *player* global em diferentes áreas, o tema do desenvolvimento ou do “neo-desenvolvimentismo” (BOITO JR, 2012) volta à agenda, reabrindo o debate sobre o papel do Estado na orientação econômica e no combate às mazelas que afligem expressivos setores da população.

Desnecessário, porque amplamente explorado na literatura (KAY, 1989; BLOMSTROM e HETTNE, 1990; MANTEGA, 1984; 1997; BRESSER-PEREIRA, 2005; 2010; SANTOS, 2015), resgatar a enorme contribuição e importância de tais

escolas na institucionalização das ciências econômicas e sociais latino-americanas, para não mencionar seu prestígio e influência política na orientação de partidos, atores e movimentos sociais, bem como na formulação mesma de agendas de governos e políticas públicas entre as décadas de 1950 e 1970. Diversamente, objetivamos, neste trabalho, traçar um panorama dos contrastes e, sobretudo, continuidades entre tais linhagens de pensamento, no movimento da polêmica que os constituiu, em especial no que se refere a dois de seus mais proeminentes representantes: Celso Furtado e Ruy Mauro Marini.

Para além das “rupturas epistemológicas”, amplamente evidenciadas e exploradas no bojo do debate entre essas abordagens, um mapeamento das permanências, continuidades e complementações entre elas pode, em adição, nos permitir um estudo mais cuidadoso de suas heranças teóricas bem como seu potencial no eventual trato de questões contemporâneas, contribuindo para com o rigor conceitual dos novos estudos.

No que compete a essa nossa pequena contribuição, apresentados o contexto e objetivos que orientam a discussão, passaremos a uma reflexão em torno das contribuições de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini, de modo a investigar, no seio de suas formulações – “subdesenvolvimento”, “dualismo estrutural”, “dependência” – o que se conserva de uma tradição a outra (do subdesenvolvimento à dependência), sem deixarmos de apontar as ora sutis, ora radicais diferenças.

Um retorno à letra: da *Dialética do desenvolvimento* à *dialética da dependência*

É considerável a heterogeneidade de posições sobre as relações teóricas e políticas entre as formulações do estruturalismo cepalino e das teorias da dependência. Esta vai desde a hipótese da ruptura ou descontinuidade radical (na crítica da razão dualista de OLIVEIRA, 2003) – onde se afirma que só nos dependentistas foi alcançada uma concepção dialética da relação entre o moderno e o arcaico, e superou-se um quadro teórico-metodológico das relações hierárquicas entre nações para uma análise propriamente das classes, internas e externas, envolvidas na perpetuação do subdesenvolvimento e da dependência¹ – até a

¹ “No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor ‘atrasado’ e um setor ‘moderno’, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia” (OLIVEIRA, 2003, p. 32). “[...] No plano da prática, a *ruptura com a teoria do subdesenvolvimento também não pode deixar de ser radical*. Curiosa, mas não paradoxalmente, foi sua proeminência nos últimos decênios que contribuiu para a não formação de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil, cumprindo uma importante função ideológica para marginalizar perguntas do tipo ‘a quem serve o desenvolvimento capitalista no Brasil?’. Com seus estereótipos de ‘desenvolvimento auto-

hipótese do continuísmo (BRESSER-PEREIRA, 2010) – onde a dependência chega a figurar como mero apêndice sociológico da formulação estritamente econômica do subdesenvolvimento nos cepalinos. Faz-se necessário, desse modo, um exercício de retorno às formulações clássicas dos conceitos aqui tratados – subdesenvolvimento, dualismo estrutural, dependência, particularmente nas obras de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini. Só assim poderemos avaliar minimamente a força das hipóteses – formuladas no bojo de uma história das teorias do desenvolvimento latino-americano – anteriormente levantadas.

Como estratégia investigativa, tomaremos a hipótese descontinuísta – dada a sua maior difusão na forma de conceber a relação entre estruturalismo cepalino e teorias da dependência – como um eixo orientador da leitura. Sendo assim, sondaremos em que medida os textos clássicos se aproximam e se distanciam daquele eixo, e a partir da intelecção dos distanciamentos poderemos também perceber a plausibilidade da hipótese continuísta. Afinal, é de fato possível encontrar em Furtado uma formulação da feudalidade ou semifeudalidade em contextos de subdesenvolvimento? No pensamento furtadiano predomina uma concepção rígida, dualista e não-dialética da relação entre “arcaico” e “moderno”? É correto caracterizar o pensamento furtadiano pela centralização da hierarquia internacional na apresentação do par desenvolvimento-subdesenvolvimento em detrimento da análise das classes sociais envolvidas em tal constituição relacional? Primeiramente nos debruçaremos sobre algumas obras fundamentais de Celso Furtado para, após o trabalho exegético, buscar dar respostas a tais questionamentos, já estabelecendo relações entre o pensamento furtadiano e mariniano.

Desenvolvimento e subdesenvolvimento

Como trataremos dos conceitos de *subdesenvolvimento* e *dependência*, comecemos pela própria definição de *desenvolvimento* em Furtado.

No clássico *Dialética do desenvolvimento*, de 1964, Furtado define

desenvolvimento econômico como um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas (FURTADO, 1964, p. 26-7).

Trata-se aqui de enfatizar, como será colocado em ensaio da coletânea *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, “o progresso tecnológico como uma dimensão do processo de acumulação de capital” (FURTADO, 2009, p. 94), em

sustentado’, ‘internalização do centro de decisões’, ‘integração nacional’, ‘planejamento’, ‘interesse nacional’, a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do ‘desenvolvimentismo’, que desviou a atenção teórica e ação política do problema da luta de classes” (OLIVEIRA, 2003, p. 34, grifos nossos).

que o “processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas dos fatores existentes no nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas” (FURTADO, 2009, p. 85).

Temos assim que, num nível de ampla generalidade, falar em desenvolvimento é falar em satisfação da demanda por meio da diferenciação produtiva, esta promovida através da introdução de inovações tecnológicas, o que, por sua vez, acarretará em aumento da capacidade produtiva, intensificação e ainda maior diferenciação da demanda, tendo como resultado último a automatização do desenvolvimento – ou, nas palavras de Furtado, “o crescimento” torna-se “imaneante ao sistema, e não contingente” (FURTADO, 2009, p. 138) – na medida em que o resultado do processo produtivo é dividido parte em consumo, parte em inversão produtiva, ou seja, destinada à reprodução, ampliação e/ou diferenciação da produção.

Para Furtado, é, no entanto, completamente estranha, a formação de modelos teóricos e conceitos que não estejam amparados pela pesquisa histórica. Segundo Furtado,

o problema metodológico fundamental que se apresenta ao economista é o de definir o nível de generalidade – ou de concreção – em que é válida uma relação qualquer de valor explicativo. Em outras palavras, até que ponto é possível eliminar, de dado modelo abstrato, suposições simplificadoras incompatíveis com a realidade histórica em consideração, sem invalidar sua eficácia explicativa (FURTADO, 2009, p.26-7). (...)

[A] teoria do desenvolvimento, após haver sido apresentada em termos muito gerais, para adquirir maior precisão deverá assumir formulações especiais relativas a determinados processos históricos de desenvolvimento (FURTADO, 2009, p. 99-100 – grifos dos autores).

Dito isto, deriva-se a conclusão de que um conceito formalizado de desenvolvimento não pode prescindir da investigação de *como* se deu, em contextos particulares do desenvolvimento capitalista, o progresso tecnológico (este em função do processo de acumulação de capital), e de *como* se realizaram, enquanto especificidades históricas, as combinações de fatores técnicos ou a introdução de inovações técnicas. É também “indispensável”, escreve, “que se desça a explicar os fatores reais que determinam a divisão do produto entre consumo e inversão” (FURTADO, 2009, p. 99), de modo que “os problemas de desenvolvimento têm que ser considerados concomitantemente como problemas de produção e de distribuição” (FURTADO, 2009, p. 143). É por isto que, atrelada à formulação da generalidade conceitual “desenvolvimento”, o autor obrigatoriamente realiza uma incursão sobre os processos históricos diferenciados de industrialização.

Ainda num nível de “simplificação teórica”, mas já saturado de historicidade, dado o conceito de desenvolvimento, afirmará que

se pode admitir como plenamente desenvolvidas, num momento dado, aquelas regiões em que, não havendo desocupação de fatores, só é possível aumentar a produtividade (a produção real *per capita*) introduzindo novas técnicas. Por

outro lado, as regiões cuja produtividade aumenta ou poderia aumentar pela simples implantação das técnicas já conhecidas são consideradas em graus diversos de subdesenvolvimento (FURTADO, 2009, p.85).

Em situações de subdesenvolvimento caracterizadas “pela simples assimilação de técnicas já conhecidas”, há uma forte tendência ao “subemprego estrutural” daqueles fatores transplantados, “dificuldade” que só “poderá ser contornada... através de um esforço de adaptação da tecnologia”. Porém, dado que os países subdesenvolvidos carecem de uma “indústria própria de equipamentos”, tal esforço de adaptação tecnológica geralmente torna-se inviável. No “desajustamento básico entre oferta virtual de fatores e orientação da tecnologia reside, possivelmente, o maior problema que enfrentam atualmente os países subdesenvolvidos” (FURTADO, 2009, p. 85-6).

Depreende-se daí que no processo de industrialização nos países centrais evidencia-se uma relação equilibrada entre a oferta de recursos técnicos e sua utilização, por um lado, e o aumento da produtividade e a diferenciação e intensificação do consumo das massas, por outro.

Esse segundo elemento é melhor explorado na *Dialética do desenvolvimento*, quando Furtado (1964, p. 62) elenca os dois principais fatores que explicam o desenvolvimento nas sociedades capitalistas centrais. O primeiro deles é o “impulso à acumulação – pelo qual a minoria dirigente procura limitar o consumo da coletividade e, ao mesmo tempo, aumentar o seu poder sobre essa coletividade apropriando-se de parcela substancial do incremento do produto”, o que chamaríamos numa terminologia marxista de uma etapa de expropriação do trabalho pelo capital. O segundo fator é o “impulso à melhora das condições de vida que atua entre as grandes massas, tanto no sentido da plena incorporação de suas atividades à economia monetária, como na elevação e diversificação do seu padrão de consumo”.

Não se trata de impulsos que atuam simultaneamente com a mesma intensidade. “Nas primeiras fases de desenvolvimento do capitalismo industrial” no centro prevalece a tendência à acumulação ou, como salientamos acima, expropriação. “Nas fases avançadas” a tendência à melhoria das condições de vida ganha força. O próprio processo de acumulação leva a uma completa incorporação dos trabalhadores no círculo fechado do mercado e da moeda, por meio do assalariamento, o que, ao mesmo tempo, destitui os trabalhadores de meios de produção (terra e instrumentos) e torna-os ainda mais imprescindíveis no processo de desenvolvimento. Vejamos isto de forma mais detalhada.

É reconhecível na experiência dos centros desenvolvidos, um desenvolvimento mais ou menos articulado entre as fases de evolução industrial e a ampliação/diversificação do consumo da população. Debruçando-se principalmente sobre o caso inglês a partir de fins do século XVIII, Furtado (2009, p. 150-1) percebe no início da “mecanização da indústria têxtil” um “extraordinário impulso” à “oferta dos tecidos de lã, em primeiro lugar, e, depois, a dos tecidos de algodão [...]”. Sem que a procura global crescesse na forma requerida para absorver todo o incremento da produção”. Este quadro leva a “um prolongado período de baixa nos preços dos

tecidos, baixa essa muito acentuada, que permitiu desorganizar toda produção artesanal dentro da própria Inglaterra, em suas colônias e, mais lentamente, em um grande número de outros países”. Deriva daí que, numa primeira etapa, a Revolução Industrial teve seu polo dinâmico principalmente “pelo lado da oferta, concentrando-se a atenção dos empresários na grande tarefa de, por todos os meios, reduzir os custos”, opera-se uma “firme baixa dos preços de certo número de mercadorias de consumo geral”.

Sabemos do caráter contraditório desse processo. O artesão que se transforma em assalariado ao tempo que perde as condições autônomas de produção daquelas “mercadorias de consumo geral”, confronta-se com esses produtos no mercado com preços progressivamente menores. Os territórios colonizados, por sua vez, veem-se ainda mais incapacitados de um desenvolvimento industrial autônomo diante da concorrência com os preços de mercadorias básicas no mercado mundial.

Superada esta “primeira etapa do desenvolvimento” – também chamada por Furtado, como vimos acima, de fase de “acumulação” – “durante a qual foram erodidas as velhas estruturas econômicas”, a dinamização da “economia industrial” passa então “a operar, simultaneamente, do lado da oferta e do da procura” (FURTADO, 2009, p.151). Os empresários do setor de “bens de consumo” veem-se favorecidos com lucros crescentes devido ao aumento da produtividade neste setor; tais lucros “se traduziam em aumento de procura no setor de bens de capital”. As condições vantajosas de rentabilidade – “mais alta que no conjunto da economia” – no setor de bens de capital deviam-se, inicialmente, ao seu caráter incipiente, quase monopólico, permitindo um lucro extraordinário. Como típico da economia industrial, serão essas próprias condições extraordinárias de rentabilidade que levarão a um crescente investimento, ou orientação de capitais, para este setor. Setor este capaz de grande absorção de mão de obra, que, por sua vez, levará ao aumento da procura de bens de consumo e por conseguinte ampliação do investimento neste último setor, gerando, então, um círculo virtuoso: ampliação do setor de bens de capitais → expansão da procura de mão de obra → acréscimo na procura de bens de consumo → investimento no setor de bens de consumo → ampliação do setor de bens de capital.

Para Furtado (2009, p. 152), interessa “reter” principalmente a caracterização da industrialização nos países desenvolvidos como uma “ação dinâmica”, operando “tanto do lado da oferta como do da procura dos bens finais de consumo”. Em outras palavras, há uma correlação forte entre o desenvolvimento da indústria e o desenvolvimento do mercado interno.

Não se trata, no entanto, apenas da operação automática de variáveis puramente econômicas, também o fator político é fundamental. “O próprio impulso à acumulação, portanto”, escreve Furtado (1964, p. 63), “levaria, na fase mais avançada do desenvolvimento capitalista, ao fortalecimento crescente da posição da classe trabalhadora na luta pela distribuição de renda”. Reciprocamente, “é a atuação das classes trabalhadoras, no sentido de aumentar sua participação no produto, que cria as condições para o avanço da tecnologia” (FURTADO, 1964, p. 64).

As modernas democracias capitalistas são o coroamento da evolução das forças que vimos se delinear. Nelas os centros de decisão mais significativos estão nas mãos da classe capitalista, detentora dos bens de produção. Contudo, o dinamismo dessas sociedades depende em última instância das aspirações e da agressividade das massas trabalhadoras, cuja participação nas decisões políticas é principalmente indireta. No plano econômico, a ação das massas trabalhadoras constitui o fator primário de desenvolvimento, orientando-se as classes dirigentes por uma estratégia defensiva, de caráter compensatório (FURTADO, 1964, p.65).

Sendo o “antagonismo de classes” a base do próprio desenvolvimento econômico nas sociedades capitalistas centrais, o arranjo democrático se caracteriza por uma “flexibilidade institucional”, fundada na abertura à “polivalência ideológica”, capaz de responder aos estímulos promovidos pelo antagonismo ao mesmo tempo em que o mantém em certos limites. “Daí que a greve se haja transformado no instrumento fundamental de convivência social na democracia capitalista” (FURTADO, 1964, p. 66).

Em situações de subdesenvolvimento, por sua vez, há, em primeiro lugar, como já vimos: a “assimilação de técnicas já conhecidas”; a tendência ao “subemprego estrutural de fatores” produtivos; dificuldade de adaptação tecnológica devido à ausência de uma “indústria própria de equipamentos”, criando um hiato estrutural, de difícil superação, entre a “oferta virtual de fatores” e a “orientação da tecnologia”.

Embora também em países subdesenvolvidos seja incontestável o desencadeamento de um processo de

rápida diversificação do consumo, determinada pela elevação da renda disponível para esse fim, a concentração da renda em comunidades de baixa produtividade não conduz a processos cumulativos de crescimento e sim a situações estáticas de desigualdade entre os padrões de consumo dos grupos sociais” (FURTADO, 2009, p. 87).

A inteligibilidade dessa constatação também se encontra na análise do processo histórico de industrialização em situações de subdesenvolvimento. Aqui, ao contrário dos países desenvolvidos, a caracterização da estrutura econômica

não resulta de transformações endógenas de uma economia pré-capitalista, mas de um processo de enxerto, nesta última, de uma ou mais empresas ligadas ao comércio das economias industrializadas em expansão” (FURTADO, 2009, p. 174).

Mas, afinal, o que leva à expansão da economia industrial dos países centrais para os países periféricos, ex-colônias sobretudo? Em *Formação econômica da América Latina*, de 1969, no capítulo XVII intitulado *As novas formas de dependência externa*, Furtado (1969, p. 247) concebe a expansão global da indústria

e o conseqüente “enxerto” tecnológico em economias pré-capitalistas como a “única forma de preservar os mercados”, descentralizando “uma parte da atividade econômica, instalando... usinas de montagem ou de produção parcial dos bens anteriormente importados em sua integralidade”, fazendo convergir “o desejo dos países da região de reduzir o coeficiente de importação pela industrialização e o propósito de grupos internacionais de preservar a posição que possuíam tradicionalmente nos mercados”.

Conclusão lógica da concepção do subdesenvolvimento como o resultado da expansão da moderna economia industrial em economias não-industrializadas é a negação de uma ideia, cara à teoria da modernização de matriz rostowiana, do subdesenvolvimento como uma etapa do desenvolvimento, numa ordem linear de sucessão de estágios. Eis a passagem clássica de Furtado (2009, p. 162): “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” ou, como formulado mais à frente no mesmo texto (p. 171), “o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas”.

Em certa medida, adiantando o que será definido em Cardoso e Faletto (2011), como a distinção entre ‘economias de enclave’ e ‘economias dependentes’, Furtado (2009, p. 171-2) nos fala da possibilidade do “fenômeno do subdesenvolvimento”, seja na forma “mais simples”, como “coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de uma mercadoria de exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência”, seja na forma “mais complexa”, em que

a economia apresenta três setores: um, principalmente de subsistência; outro, voltado sobretudo para a exportação e o terceiro, como um núcleo industrial ligado ao mercado interno, suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessita para seu próprio crescimento (FURTADO, 2009, p. 171-2).

Na atual etapa da argumentação, é fundamental reter que a noção de ‘setor’ ou ‘economia’ ‘pré-capitalista’ ou ‘de subsistência’ nada tem a ver com a defesa da tese da feudalidade ou semifeudalidade das economias subdesenvolvidas. Desde *Formação econômica do Brasil*, publicada em 1959, dissertando sobre a economia escravista colonial brasileira, Furtado (2007, p. 87-8) contribui decisivamente para uma crítica da tese da feudalidade ou semifeudalidade. Critica aqueles que supõem a economia açucareira como uma “economia de tipo semifeudal” pela “natureza puramente contábil do fluxo de renda” ali existente. Furtado define feudalismo como um “fenômeno de regressão” causado pelo “isolamento imposto a uma economia”, o que impede o desenvolvimento da divisão do trabalho, da especialização, da técnica e, conseqüentemente, da “produtividade”. Diferentemente disto, escreve o autor, a “unidade escravista [...] pode ser apresentada como um caso extremo de especialização econômica” e é completamente voltada para o mercado externo. Superada a unidade escravista e chegando ao período de industrialização das ex-

colônias, a preservação de um “setor de subsistência” não aparece como resquício semifeudal, mas resultado da própria heterogeneidade tecnológica, incapaz de absorver completamente ou absorvendo apenas parcialmente a mão de obra na relação de assalariamento.

Historicamente, nas economias subdesenvolvidas, o “núcleo industrial ligado ao mercado interno se desenvolve através de um processo de substituição de manufaturas antes importadas, vale dizer em condições de permanente concorrência com produtos forâneos” (FURTADO, 2009, p. 171). Nesta situação, a principal preocupação do empresário industrial é o de minimamente alcançar o nível de preços das mercadorias produzidas alhures, para isso busca aumentar a sua produtividade, adotando “métodos de produção que o habilitem a competir com o exportador estrangeiro”. Escreve o autor:

Assim sendo, as inovações tecnológicas que se afiguram mais vantajosas são aquelas que permitem aproximar-se da estrutura de custos e preços dos países exportadores de manufaturas, e não as que permitam uma transformação mais rápida da estrutura econômica, pela absorção do setor de subsistência. O resultado prático disso – mesmo que cresça o setor industrial ligado ao mercado interno e aumente sua participação no produto, mesmo que cresça, também, a renda *per capita* do conjunto da população – é que a estrutura ocupacional do país se modifica com lentidão. O contingente da população afetada pelo desenvolvimento mantém-se reduzido, declinando muito devagar a importância relativa do setor cuja principal atividade é a produção para subsistência. Explica-se, deste modo, que uma economia onde a produção industrial já alcançou elevado grau de diversificação e tem uma participação no produto que pouco se distingue da observada em países desenvolvidos apresente uma estrutura ocupacional tipicamente pré-capitalista e que grande parte de sua população esteja alheia aos benefícios do desenvolvimento (FURTADO, 2009, p. 171-2).

Diferentemente, ou mesmo inversamente, do que vimos na caracterização do desenvolvimento e do processo de industrialização nos países centrais, onde há uma relação relativamente “harmoniosa” entre a disponibilidade de recursos tecnológicos e a sua utilização, entre as etapas do processo de industrialização e a diversificação e ampliação do mercado interno; nas economias subdesenvolvidas, o fato de o desenvolvimento da indústria interna começar em um contexto global marcado por amplo desenvolvimento da indústria nos países avançados, leva os empresários industriais daquelas economias a se orientarem sobretudo pela dinâmica do mercado mundial, seja em seus níveis de preços, seja no padrão de necessidades a serem satisfeitas – valores de uso que veiculam valor.

Resulta daí o divórcio entre os interesses empresariais dinamizadores da industrialização periférica e a dinamização do mercado interno, seja no nível da produção ou do mercado de trabalho – já que a adoção de métodos avançados de aumento da produtividade instala no território uma tecnologia industrial poupadora de mão de obra, o que é fundamental para a reprodução do chamado “setor de subsistência” ou, nas palavras de Furtado (2009, p.173), “a plena utilização do capital

disponível não é condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho” – seja no nível da distribuição ou consumo.

Isso porque na situação de subdesenvolvimento não é gerado aquilo que acima chamamos de círculo virtuoso, capaz de ensejar um estímulo recíproco entre a indústria de bens de consumo e a indústria de bens de capital. A não geração desse círculo virtuoso, junto à preservação de um amplo setor de subsistência, caracteriza algo, já mencionado acima, que é típico da situação de subdesenvolvimento: “a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia” (FURTADO, 2009, p. 173). Há, portanto, na economia subdesenvolvida, uma situação de “dualismo estrutural”,

[d]ada a existência de duas formas de remuneração do trabalho [assalariamento e subsistência], de duas tecnologias de níveis extremamente diversos [do arcaísmo agrário à produção de bens de capital], de duas concepções de organização da produção [para a satisfação de necessidades e para o lucro] (FURTADO, 1964, p. 79 – trechos entre colchetes foram acrescentados pelos autores).

Aqui, tal como na caracterização do “desenvolvimento”, o autor também irá além de um raciocínio baseado estritamente em categorias econômicas, evidenciando a dimensão política do processo de produção e reprodução do subdesenvolvimento. Na *Dialética do desenvolvimento*, Furtado (1964, p. 80) afirmará que “a existência de um grande reservatório de mão-de-obra à disposição dos capitalistas, constitui uma força inibitória de todo o processo da luta de classes”, mitigando o dinamismo do “setor capitalista” e acomodando “a classe dirigente a elevadas taxas de lucro que jamais são efetivamente postas em xeque pela luta de classes”. Não se constata aquela relação encontrada nos países desenvolvidos onde o desenvolvimento amparado no progresso técnico e na absorção da mão de obra confere crescente poder de resistência e negociação à classe trabalhadora, que, por sua vez, passa a funcionar como agente fundamental do progresso técnico, aquilo que Marx (2008) percebe na passagem da exploração absoluta para a exploração relativa da mais-valia.

A classe dirigente numa economia subdesenvolvida é, segundo Furtado (1964, p. 81), diferenciada em três principais agrupamentos: i) o “núcleo latifundiário”, “livre-cambista e antiestatizante”; ii) o “grupo controlador dos interesses ligados ao comércio exterior” ou “setor exportador”, responsável pelo dinamismo inicial do processo de (sub) desenvolvimento através da inversão produtiva do excedente, este geralmente também “livre-cambista”, mas apela ao “Estado para defender os seus negócios externos”; e iii) o empresariado “apoiado no mercado interno”, em geral “protecionista”, apelando ao Estado políticas de crédito e câmbio capazes de dar condições ao seu desenvolvimento.

A estrutura de classes da “economia dual” se apresenta em “linhas gerais”, da seguinte forma, escreve Furtado (1964, p. 82): no topo uma classe dirigente heterogênea e, como vimos acima, em vários aspectos cindida e prenhe de antagonismos, “incapacitada para formular um projeto de desenvolvimento nacional, com um monopólio incontestado do poder”; abaixo os trabalhadores urbanos, em

sua maioria concentrados no politicamente desorganizado setor “terciário, que é mais um estrato social do que uma classe propriamente dita”; segue o pequeno segmento dos trabalhadores industriais que, em 1964, quando a *Dialética do desenvolvimento* foi publicada, correspondia a “um décimo da população ativa no país”, porém mais organizado politicamente; e na base “a massa camponesa”.

Tal estrutura, definida pela extrema concentração de riquezas e de poder nas classes dirigentes, levará à afirmação de Furtado sobre a “ausência de autênticas lutas de classes, no sentido estrito que caracteriza a economia capitalista” – como vimos, com “flexibilidade institucional” capaz de conter o antagonismo em certos limites racionais, mas sem anular seu caráter produtivo –, barrando “o processo de formação de consciência de classe entre os trabalhadores” (FURTADO, 1964, p. 82).

Do subdesenvolvimento à dependência

Parece-nos que a partir do apanhado feito acima dos principais conceitos da teoria furtadiana do subdesenvolvimento, há material razoável para perceber as nuances contrastantes e convergentes daquela teoria em relação ao raciocínio que levará ao conceito de dependência em Ruy Mauro Marini.

Em primeiro lugar deve-se atentar para a importância metodológica da elaboração furtadiana do subdesenvolvimento. Aí está, junto com o esforço prebischiano e da CEPAL no pós Segunda Guerra, um primeiro questionamento frontal, como vimos, de modelos abstratos e generalidades conceituais pretendentes à validade universal e dedutiva, prescindindo da pesquisa histórica e da análise concreta do desenvolvimento. Este mesmo esforço é detectável em Marini, desta em vez num diálogo prioritário com posições de um marxismo dogmático.

Marini (2008, p. 107-10)² está plenamente consciente do menor nível de abstração para a formulação do conceito de dependência em relação à definição clássica das leis fundamentais do modo de produção capitalista n’*O Capital*. Sua preocupação é, sobretudo, evitar seja “a substituição do fato concreto [da dependência] pelo conceito abstrato”, seja “a adulteração do conceito [de dependência] em nome de uma realidade rebelde a aceitá-lo em sua formulação pura”. Para ele, “as categorias marxistas devem ser aplicadas, portanto, à realidade como instrumentos de análise”. Ambos os pensadores, Furtado e Marini, estão conscientes da particularidade dos contextos históricos e espaciais que embasaram as teorias – liberais e marxistas – do desenvolvimento, e da urgência de reelaborar ou superar estas teorias a partir de uma reflexão sobre a particularidade do desenvolvimento do capitalismo na América Latina.

Outra premissa metodológica que é compartilhada por Furtado e Marini é a de analisar a problemática do desenvolvimento em termos integrados de produção e circulação. Isto já está posto, no nível das relações internacionais, na definição geral de dependência em Marini (2008, p. 111), “entendida como uma relação de

2 Trechos entre colchetes foram acrescentados pelos autores.

subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Em Furtado, vimos como, no nível estritamente produtivo, o subdesenvolvimento é caracterizado pelo desequilíbrio entre a oferta de recursos técnicos (enxertados pela moderna economia industrial) e o (sub) emprego destes próprios recursos, implicando também na fraca absorção no interior da relação salarial de vastos segmentos da população, produzindo e reproduzindo inclusive um amplo setor de subsistência. Esta débil absorção da mão de obra implica numa fraca dinamização do mercado interno dos países subdesenvolvidos e na pouca politização das classes trabalhadoras, incapazes assim de demandarem um desenvolvimento tecnológico capaz de superar a situação de heterogeneidade tecnológica e de dualismo estrutural, onde o processo de industrialização dá-se cindido das necessidades de consumo das massas.

Em Marini (1979, 2008), no nível interno à própria economia dependente, a análise integrada dos níveis da produção e da circulação para pensar a problemática da dependência ganha síntese no esquema conceitual do *ciclo do capital na economia dependente* que, assim como em Furtado, também parte de uma reflexão sobre os processos distintos de industrialização central e industrialização periférica ou, na terminologia mariniana, *industrialização orgânica e industrialização tardia*.

Mas aqui, antes de nos determos nos conceitos de *industrialização orgânica/ industrialização tardia*, é necessário abrir um parêntese, destacando uma diferença de base no que diz respeito à explicação dada pelos autores tratados sobre a expansão da economia industrial durante o século XX, sobretudo no pós-guerra.

Vimos como, para Furtado (1969), a expansão global da indústria e o “enxerto” tecnológico em economias predominantemente ex-coloniais e pré-industriais é explicado como uma forma de os países centrais preservarem os mercados que convergem com o desejo das classes dirigentes dos países periféricos, e aqui se trata da América Latina, de reduzir o seu “coeficiente de importação pela industrialização”.

Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Furtado (2009) critica explicitamente a imbricação teoria-política presente em Marx que, segundo o autor paraibano, levaria a elaborações teleológicas como as teses da *polarização* – entre burguesia e proletariado como tendência do desenvolvimento capitalista – e da *tendência decrescente da taxa de lucro*. Será justamente amparado nesta última que Marini (2008) buscará explicar a expansão industrial e a configuração da dependência na fase monopolista do capitalismo. Para o autor mineiro, a expansão dos monopólios industriais – posteriormente definidos como *transnacionais* – para as periferias do globo – com seus abundantes recursos naturais, suas vantagens fiscais e sobretudo, sua força de trabalho extremamente barata – é entendida como medida a contrarrestar a curva *decrescente da taxa de lucro* no interior dos países centrais – com suas empresas assoladas pelas conquistas salariais e de direitos alcançadas pelas classes trabalhadoras, junto ao aumento da composição orgânica que age de forma negativa sobre a taxa de mais-valia.

Mas se o ponto de partida para a explicação da expansão monopolista do capital industrial para as periferias ou para o Sul global é distinta, a explicação para os processos distintos de industrialização é completamente convergente. Como vimos anteriormente, ao expormos a distinção *industrialização central/industrialização periférica* em Furtado, Marini (1979) denomina *orgânico* o processo clássico de industrialização inglês, onde há um desenvolvimento contínuo, primeiro da indústria de “bens de consumo necessários” (do consumo ordinário da classe trabalhadora em dado recorte histórico) e “suntuários” (extraordinário para a classe trabalhadora e ordinário para as faixas de mais alta renda), depois a indústria de “bens de capital”, desenvolvimento este que se dá em relação estreita com a ampliação e diversificação do consumo das massas.

A industrialização em países dependentes como Brasil, Argentina, México, por sua vez, é denominada por Marini (1979) de *industrialização tardia*, pois se até o século XIX estes países eram, principalmente, fornecedores de matérias-primas para os países metropolitanos, o seu processo de industrialização durante o século XX é dependente: da “inversão privada interna” – aquilo que Furtado chamava de função dinamizadora do setor exportador na gênese da industrialização periférica –; das “inversões públicas” promovidas pelo Estado populista e/ou desenvolvimentista; mas, principalmente das inversões diretas e do financiamento do capital estrangeiro, introduzindo os meios de produção necessários para viabilizar a produção.

O processo de *industrialização tardia* tem como resultado a conformação, ao contrário da experiência de *industrialização orgânica*, de um ciclo do capital desvinculado do mercado interno das economias dependentes. A distribuição da produção tem como destinatários, sobretudo, um restrito segmento da demanda interna – capaz de absorver os bens suntuários – e o mercado global de mercadorias. Alia-se a isso: baixa absorção da força de trabalho pelo setor moderno da economia e débil organização da classe trabalhadora.

Vemos como é importante para os nossos autores uma reflexão sobre os processos históricos particulares de industrialização para construir os respectivos conceitos de subdesenvolvimento e dependência. Vemos, antes disso, como para ambos os autores a reflexão sobre o *desenvolvimento* tem como critério fundamental o *progresso técnico* e o *aumento da produtividade*: é assim que o capital monopolista se expande e se impõe na concorrência entre capitais, é também por isso que as classes empresariais dos países periféricos buscarão muito mais alcançar, por diversos meios, o nível de preços do mercado global do que dinamizar o mercado interno. Embora não utilize a expressão, o raciocínio mariniano sobre a *industrialização tardia* aponta para aquilo que Furtado define como *heterogeneidade tecnológica*: marcado pelo descompasso e desarmonia entre os vários departamentos e setores produtivos.

Por outro lado, embora a ênfase no método dialético seja muito maior da definição marxista da dependência em Marini, não nos parece correto perceber o conceito de *dualismo estrutural* em Furtado como a antípoda antidialética superada pela definição mariniana. Vejamos.

Retomando o raciocínio anterior sobre a *industrialização tardia* e a conformação do *ciclo do capital na economia dependente*, Marini (2011, p. 135-146)

observa que para reverter os efeitos do intercâmbio desigual ou para ter condições de concorrência com as mercadorias estrangeiras ou produzidas por empresas de inversão direta, as empresas nacionais, dependentes ou não de financiamento estrangeiro, precisam formular “mecanismos de compensação” da “mais-valia extraordinária” (possibilitada pelo monopólio da maior produtividade), transferida para as empresas estrangeiras. Na economia dependente, de débil organização da classe trabalhadora e existência de um imenso exército industrial de reserva, o “mecanismo de compensação” típico chama-se “superexploração do trabalho” (MARINI, 2011, p. 147), que pode se dar mediante o assalariamento abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho; a violação do valor da força de trabalho baseada na “prolongação anormal da jornada laboral”; a “intensificação do trabalho” (OSORIO, 2009, p. 113-4).

Embora Furtado não chegue ao conceito de *superexploração da força de trabalho*, que relaciona dialeticamente o “moderno” e o “arcaico”, a modernização e a pauperização, o desenvolvimento e o subconsumo da maioria da população, não nos parece que o conceito de *dualismo estrutural* não ofereça uma concepção *relacional* dessas duas dimensões – moderno e arcaico.

Como vimos, o conceito de dualismo estrutural, implicado nele a ideia da reprodução de um setor de subsistência e a manutenção de uma situação de despolitização das classes trabalhadoras, aponta para um quadro de referência muito similar ao que Marini terá como base para a construção do conceito de *superexploração da força de trabalho*. Se em Furtado já é destacada a falha da instauração da relação salarial no (sub) desenvolvimento capitalista periférico, em Marini, a relação capital – baseada no assalariamento – simplesmente não gera, em situações de subdesenvolvimento, as condições para a reprodução da força de trabalho.

Por fim, a análise da estrutura de classes avançada na *Dialética do desenvolvimento*, detalhada acima, não deixa dúvidas de que a reprodução do “atraso”, para Furtado, está intimamente relacionada com as *disposições e interesses* das classes dirigentes. E não se trata meramente de enfatizar o conservadorismo de “sobrevivências” arcaicas, como os latifundiários e o setor exportador tradicional. Reiterando o que foi exposto, para Furtado (1964, p. 80), “a existência de um grande reservatório de mão-de-obra à disposição dos capitalistas, constitui uma força inibitória de todo o processo da luta de classes”, mitigando o dinamismo do “setor capitalista” e acomodando “a classe dirigente a elevadas taxas de lucro que jamais são efetivamente postas em xeque pela luta de classes”.

Considerações finais

Vimos, no que concerne ao aspecto metodológico, que ambos os autores, Furtado e Marini, estão conscientes da necessidade de mediação entre as dimensões concreta e abstrata na elaboração de seus modelos explicativos. Assim, as generalidades, em ambos os casos, são levadas à escrutínio por pesquisas históricas e análises das realidades concretas das situações de subdesenvolvimento e dependência, observando-se cuidadosamente a necessidade de matizar as

particularidades do desenvolvimento capitalista na América Latina. Outra premissa metodológica compartilhada por Furtado e Marini, e igualmente passada em revista no texto, é a adesão a uma análise da problemática do desenvolvimento em termos integrados de produção e distribuição, simultaneamente nacional, regional e internacional.

É certo que as causas apontadas para o processo de industrialização na América Latina são distintas para os autores. Em Furtado, trata-se de uma forma de os países centrais preservarem seus mercados consumidores em sintonia com o desejo das classes dirigentes dos países periféricos de reduzir seu “coeficiente de importação pela industrialização”. Já em Marini – e essa diferença não é residual – a expansão dos monopólios industriais para as periferias do Sul global é entendida como forma de compensar a curva *decrecente da taxa de lucro* no interior dos países centrais (*tendência* essa que Furtado critica como resquício de uma contaminação política do aparato conceitual marxiano).

Assinalado esse afastamento, a caracterização ou diagnóstico da industrialização nos países latino-americanos (*tardia* em Marini, *periférica* em Furtado) surpreende, no entanto, pela convergência. Em ambos os casos, e ainda que se valendo de terminologias distintas, esta é caracterizada por um grave descompasso entre os vários departamentos e setores produtivos, característico do emprego de meios de produção poupadores de mão de obra em contextos marcados por grande oferta de trabalho. Define-se, desse modo, pela baixa absorção e sub-remuneração da força de trabalho pelo setor moderno (e, portanto, baixo índice de assalariamento) com a respectiva debilidade de organização política da classe trabalhadora e um deprimido mercado interno para produtos de consumo popular. Nesse quadro, o perfil concentrador da distribuição do produto tem como destinatários, sobretudo, um restrito segmento da demanda interna capaz de absorver bens suntuários e o mercado global de mercadorias.

A industrialização torna-se condicionada, desse modo, às desventuras do setor primário-exportador, dependente do investimento do Estado desenvolvimentista e, sobretudo, atrelada ao financiamento do capital estrangeiro, que introduz os meios de produção necessários. Assim, a permanência de um largo setor de subsistência acaba por se tornar funcional à acumulação de superlucros por parte de poucos capitalistas em detrimento da transformação da estrutura produtiva como um todo, atando, por fim, a classe dirigente aos seus vínculos de dependência.

Conforme destacamos, para ambos os autores, a reflexão sobre o *desenvolvimento* tem como critério fundamental o *progresso técnico* e o *aumento da produtividade*. E cumpre adicionar que há aqui, em mais esse encontro, uma preocupação evidente para com a reprodução do “atraso” estrutural condizente com os interesses, movimentos e tensões características da luta de classes, bem como o seu relativo travamento diante das condições em tela (vinculação das classes dirigentes a interesses externos e debilidade de organização da classe trabalhadora face ao enorme reservatório de mão de obra sobressalente ou “exército industrial de reserva”).

É igualmente certo que outro afastamento se apresenta no tocante à conceituação de *superexploração da força de trabalho*, definida por Marini como

situação estrutural de assalariamento abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho – e elevada pelo autor mineiro ao estatuto de *legalidade específica* da economia dependente. Desse modo posto, no entanto, o conceito denuncia ter como base um quadro de referência bastante similar àquele definido pelo dualismo estrutural furtadiano, ou seja, a reprodução continuada de um setor de subsistência e a manutenção da despolitização das classes trabalhadoras diante da falha de configuração plena da relação salarial no (sub) desenvolvimento periférico.

Com é possível perceber, há diferenças importantes, mas também inúmeras e sonoras similaridades que merecem ser destacadas. Tudo somado, esperamos ter deixado evidente que reestabelecer uma via de diálogo, em ambas as direções, entre essas duas matrizes de pensamento demonstra ter muito a contribuir para novos debates e pesquisas, bem como para o contínuo e necessário esforço de superação ou reelaboração de abordagens teóricas, sempre em diálogo com a complexidade em movimento das insubordinadas e desafiadoras realidades emergentes.

Referências

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n 11, Brasília, p. 89-117, maio - agosto de 2013.
- BEIGEL, Fernanda. Vida, muerte y resurrección de las teorías de la dependencia. In: LEVY, Bettina *et al.* **Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 287-326.
- BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV/EESP**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas FGV/EESP, p. 1-15, setembro de 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16866>
- BLOMSTROM, Magnus; HETTNE, Bjorn. **La teoría del desarrollo económico em transición**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da Cepal à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. São Paulo: Revan, 2005. p. 201-232.
- _____. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CORREA PRADO, Fernando; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. **Revista Pensata**. v.3, n.1, p. 10-29, novembro de 2013.
- SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Florianópolis: Editora Insular, 2015.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia Editora, 1969.
- _____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- _____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- KAY, Cristóbal. **Latin american theories of development and underdevelopment**. London: Routledge, 1989.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes. 1984.

- _____. **Teoria da dependência revisada**: um balanço crítico. São Paulo: FGVSP, 1997.
- MARINI, Ruy Mauro. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Ursula (Coord.). **Mercado y dependencia**. México: Nueva Imagen, 1979, p. 37-55.
- _____. Dialéctica de la dependencia. In: MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008, p. 107-149.
- _____. Dialéctica da dependência. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 131-172.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política (livro I). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OSORIO, Jaime. **Explotación redoblada y actualidad de la revolución**. México D.F.: Editorial Itaca, 2009.
- SADER, Emir. Postneoliberalism in Latin America. **Development Dialogue**, 51, p. 171-79, 2009.
- WANDERLEY, Sergio. Estudos organizacionais, (des) colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, n. 2, Rio de Janeiro, p. 237-255, abr./jun. 2015.

Recebido em 03/10/2016

Aceito em 31/12/2017